



Procedimento concursal para seleção de 1 (um) lugar para o cargo de direção intermédio de 2º grau (chefe de Divisão), da divisão de Desenvolvimento Organizacional, Gestão Financeira e Patrimonial (DDOGFP).

ATA n.º 3

Aos 2 (dois) dias do mês de março de 2026, pelas 10 horas, reuniu, por videoconferência, o Júri do procedimento concursal para preenchimento de 1 (um) cargo de direção intermédia de 2º grau (Chefe de Divisão), da Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Gestão Financeira e Patrimonial, da Câmara Municipal de Alcanena, com o objetivo de deliberar sobre a reclamação apresentada pela candidata **Joana Catarina Pereira Rosa** e a consequente decisão sobre a sua exclusão ou admissão ao processo de seleção.

Estiveram presentes os membros do júri, a saber:

Presidente: Dr. Rogério Paulo Fernandes Nunes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, da Câmara Municipal de Porto de Mós.

Vogais efetivos: Dra. Telma Filipa dos Santos Pereira, Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos ou Administrativos, da Câmara Municipal de Torres Novas; e Dra. Ana Cristina dos Santos Marques da Silva Neves, Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal de Abrantes.

Nos termos do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a presente reunião teve como objetivo discutir a reclamação apresentada pela candidata, verificar a adequação da sua formação e experiência profissional para o cargo em questão e decidir sobre a sua exclusão ou admissão ao processo de seleção.

O Presidente do Júri deu início à reunião, destacando o conteúdo da reclamação apresentada pela candidata, a qual foi excluída do procedimento concursal com fundamento na alegada falta de habilitação adequada. A candidata contesta a decisão, alegando que a sua formação, embora em Conservação e Restauro, é suficiente para o exercício do cargo, tendo demonstrado experiência relevante e formação complementar



em áreas de gestão. A decisão do júri foi então analisada à luz dos argumentos apresentados.

Após análise da reclamação e discussão dos fundamentos invocados, o Júri considerou que, efetivamente, o aviso de abertura do procedimento estabelece a área de Economia, como preferencial, e não como requisito exclusivo, assim, adequando a formação académica de uma forma global e funcional, e ponderando igualmente a experiência como dirigente, e ainda a formação complementar apresentada, a admissão da candidata está adequadamente fundamentada.

Após discussão, o júri deliberou por unanimidade:

- a) **Admitir a candidata Joana Catarina Pereira Rosa ao procedimento concursal:** Considerando a sua experiência, e a argumentação apresentada, admitindo-a para o método de seleção – Entrevista Pública.

Neste sentido, deliberou ainda o Júri convocar a candidata para a Entrevista Pública, no **dia 13 de março de 2026, pelas 11h45**, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena, devendo a candidata ser formalmente convocada para o efeito.

As deliberações do Júri foram tomadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi dada encerrada a reunião, de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e considerada conforme, vai ser assinada pelos elementos do Júri.

O Júri

[Assinatura
Qualificada] Rogério
Paulo Fernandes
Nunes

Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada]
Rogério Paulo Fernandes
Nunes
Dados: 2026.03.02 10:34:45 Z

(Rogério Paulo Fernandes Nunes)



ALCANENA
CÂMARA MUNICIPAL

Vogal efetivo

TELMA
FILIPA DOS
SANTOS
PEREIRA

Assinado de
forma digital por
TELMA FILIPA
DOS SANTOS
PEREIRA
Dados: 2026.03.02
10:11:52 Z

(Telma Filipa dos Santos Pereira)

Vogal efetivo

Assinado por: **ANA CRISTINA DOS SANTOS
MARQUES DA SILVA NEVES**
Num. de Identificação: 08608053
Data: 2026.03.02 12:03:45+00'00'
Certificado por: **Diário da República**
Atributos certificados: **Chefe da Divisão Financeira
do Município de Abrantes - Município de Abrantes**



(Ana Cristina dos Santos Marques da Silva Neves)

